



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR AS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Presidente: Deputada BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)
Relator: Deputado Antônio Brito (PTB/BA)

O racismo institucional, bem como os caminhos necessários para a resolução do problema, adquire relevância com a **III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/CMR**, ocorrida no ano de 2001, em Durban, na África do Sul. O Brasil teve atuação de destaque nesse fórum. O documento final da Conferência aponta o racismo como um importante fator de produção de iniquidades.

Neste sentido, a implantação de uma política dirigida à melhoria das condições de saúde da população negra e para eliminação das disparidades raciais em saúde contribui decisivamente para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o cumprimento pleno de sua missão, favorecendo a conquista do bem-estar e da qualidade de vida das cidadãs e cidadãos brasileiros.

Aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006, oficializada pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009, por meio da Portaria n. 992/09, e inserida na Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)** tem por objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS. Para tanto, a PNSIPN estabelece como procedimento indispensável o *“reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde”*.

Em 2011, o Ministério da Saúde (MS) firmou com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) um Protocolo de Intenções para implementação de um Programa de Combate ao Racismo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR AS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**

Institucional no MS e no SUS e a institucionalização de uma estratégia para a Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Entre setembro de 2012 e julho de 2013 foi elaborado o segundo Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Em novembro de 2013, a partir de um trabalho conjunto com ativistas e especialistas do campo da Saúde da População Negra, a SEPPIR encaminhou ao Ministério da Saúde proposta de criação de uma Instância de Enfrentamento ao Racismo Institucional e Promoção da Igualdade Racial na Saúde, que teria como responsabilidade assegurar a criação, gestão, monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Entre o final de 2013 e o primeiro semestre de 2014, diversas mudanças vêm sendo anunciadas no Comitê Técnico de Saúde da População Negra. Porém, permanece a necessidade de qualificação na coleta, tratamento, divulgação e incorporação do quesito raça/cor nas políticas e programas de saúde, bem como a da situação gestacional.

O monitoramento da morbimortalidade por doenças e agravos prevalentes na população negra, e daqueles que a acometem com maior severidade e regularidade é ainda uma necessidade urgente para que se possam assegurar mudanças em políticas, práticas e procedimentos que orientam a atuação dos profissionais de saúde. Nesse contexto, destaca-se o inaceitável fenômeno da morte materna e da morbidade materna grave, que predominam entre a população negra.

Na última legislatura, a proposta de Subcomissão para avaliar a questão da saúde não se concretizou. Assim, na presente legislatura foi criada, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, a **Subcomissão Especial Destinada a Avaliar as Políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra**.

O enfoque da Assistência Social é indispensável para compor o panorama de apoio a essa significativa parcela da população brasileira. No



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR AS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

âmbito da assistência social, o objetivo que propomos à Subcomissão é mapear as situações de vulnerabilidade que afetam com maior incidência a população negra, bem como a adequação e abrangência da resposta que o Poder Público apresenta a esses problemas.

Outro objetivo é a discussão acerca da assistência à maternidade, cuja relevância se justifica em razão da maior vulnerabilidade social da mulher negra. A intenção é verificar se a assistência à maternidade, um dos objetivos da política de assistência social insculpido no art. 203, inciso I, da Constituição Federal de 1988, tem sido tratada como assunto específico da política de saúde ou se há articulação desta política com a de assistência social.

Para alcançar os objetivos da Subcomissão, propomos o seguinte

PLANO DE TRABALHO

1. Coleta de informações por meio de questionários destinados aos Ministérios, Secretarias dos Estados e das capitais;
2. Seminários nos estados do Rio de Janeiro e Bahia com a participação de especialistas, representantes do Movimento Negro e de órgãos estaduais e municipais de saúde e assistência social, com a finalidade de:
 - Apresentação e discussão do panorama da Saúde e Assistência Social da População Negra (dados epidemiológicos);
 - Apresentação do conceito de racismo institucional e de seu enfrentamento;
 - Apresentação e discussão da proposta de instância de gestão da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), com sugestões e recomendações para serem incorporadas ao relatório final desta Subcomissão;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR AS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

- Apresentação e discussão sobre participação da política pública de assistência social em relação à atenção focalizada na população negra.
3. Duas Reuniões de Audiência Pública na Comissão de Seguridade Social e Família com a participação de especialistas, da SEPPIR, dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e movimentos sociais, com a mesma finalidade.
 4. Elaboração de Relatório Final.
 5. Audiência com os Ministros da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para apresentação e entrega do Relatório Final.

Sala das Sessões, de de 2015.

Deputado Antônio Brito
Relator



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR AS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**

**SUGESTÃO DE CONVIDADOS PARA SEMINÁRIOS E AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS :**

1. RIO DE JANEIRO

- Representante do Ministério da Saúde e/ou da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.
- Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e/ou Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
- Representação da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)
- Jurema Werneck – Criola Organização de Mulheres Negras/RJ – Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras;
- Isabel Cristina Cruz - Professora Doutora Titular da Universidade Federal Fluminense UFF/RJ
- Parlamentares
- Núcleo de Estudo de Anemia Falciforme e de Obesidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

• **BAHIA**

- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Representante do Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias
- Representante da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde
- Comissão de Saúde da População Negra da Assembleia Legislativa da Bahia
- Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores do Município de São Francisco do Conde
- Secretaria de Estado de Saúde do Estado da Bahia
- Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
- Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVALIAR AS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

- Médico Ortopedista Gildásio Daltro, coordenador do estudo do Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para utilizar células-tronco no tratamento de lesões ósseas de articulações resultantes da anemia falciforme.
- Parlamentares

2. **BRASÍLIA:**

- SEPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)
- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
- Conselho Nacional de Saúde
- Conselho Nacional de Assistência Social
- Representante do Programa Gênero, Raça, Etnia e Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social
- Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
- Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde
- Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde
- Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias
- Representante do Ministério da Educação
- Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes (FENAFAL)
- Representante do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Comitê Técnico de Saúde da População Negra
- Secretaria de Direitos Humanos
- Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
- Conselhos profissionais
- Movimentos Sociais